



Câmara de Vereadores
de São Bento do Sul

Vereador JAIME LIMA



PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 112 / 2020

“ALTERA A REDAÇÃO DOS
ARTIGOS 1º E 4º DA LEI Nº 3223 DE
14 DE AGOSTO DE 2013 E
ARTIGOS 1º, 2º E ANEXO I DA LEI
3908 DE 23 DE MAIO DE 2018”

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul/SC e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art 1º - O § 3º do Art. 1º da Lei nº 3223 de 14 de Agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º O Programa de Pavimentação Comunitária poderá ser executado na forma de pavimentação asfáltica, lajotas ou concreto.”

Art 2º - O Art. 4º da Lei nº 3223 de 14 de Agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“(…)

II - O município executará os serviços de infraestrutura necessários, compreendendo:

- a) Elaboração do anteprojeto de cada rua (asfalto/lajota/concreto);
- b) Fornecimento e Execução da sub-base quando necessário (asfalto/lajota/concreto);
- c) Fornecimento e Execução da drenagem pluvial quando necessário (asfalto/lajota/concreto);
- d) Fornecimento e Execução da drenagem profunda quando necessário (asfalto/lajota/concreto);

OMSBS 12/03/2020 15:26



**Câmara de Vereadores
de São Bento do Sul**

Vereador JAIME LIMA



- e) Fornecimento e Execução de caixas coletoras e tampas de concreto ou grelhas de ferro fundido (asfalto/lajota/concreto);
- f) Fornecimento e Execução da regularização e compactação do subleito quando necessário (asfalto/lajota/concreto);
- g) Fornecimento e Execução de reforço com remoção de solos quando necessário (asfalto/lajota/concreto);
- h) Fornecimento do material para regularização e compactação do passeio (asfalto/lajota/concreto);
- i) Fornecimento e Execução da sinalização viária vertical e horizontal (asfalto/lajota/concreto);
- j) Fornecimento de serviços necessários de topografia para execução dos serviços acima descritos;"

III - Será de responsabilidade da empresa executora da pavimentação contratada diretamente pelos lindeiros:

- a) Material e mão de obra para serviços de topografia para realização das etapas sob responsabilidade da empresa executora (asfalto/lajota/concreto);
- b) Elaboração do projeto básico e projeto built da obra (asfalto/lajota/concreto);
- c) O fornecimento da placa da obra (asfalto/lajota/concreto);
- d) Fornecimento e Execução da base (asfalto/lajota/concreto);
- e) Fornecimento e Execução da Imprimação da base (asfalto/concreto);
- f) Fornecimento e Execução da pintura de ligação (asfalto/concreto);
- g) Fornecimento e Execução do revestimento (asfalto/lajota/concreto);
- h) Fornecimento e Execução do meio fio (asfalto/lajota/concreto);
- i) O maquinário e mão de obra para a regularização e compactação da passeio (asfalto/lajota/concreto);
- j) A mão de obra para nivelamento e adequação das caixas coletoras e tampas de concreto ou grelhas de ferro fundido (asfalto/lajota/concreto);



Câmara de Vereadores
de São Bento do Sul

Vereador **JAIME LIMA**



(...)"

Art 3º - O Art. 1º da Lei nº 3908 de 23 de Maio de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica autorizada a pavimentação de vias públicas da cidade com a aplicação de lajotas, concreto ou com a utilização de agente anti-pó, em regime de colaboração entre o Município de São Bento do Sul e os moradores e proprietários de imóveis situados ao longo das vias urbanas ou rurais.

(...)"

Art 4º - O Art. 2º da Lei nº 3908 de 23 de Maio de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Para possibilitar o regime de contratação direta com a colaboração do Município de São Bento do Sul, os proprietários de imóveis situados ao longo da via a ser pavimentada deverão firmar o "Termo de Acordo para Pavimentação de Via Pública - Aplicação de Lajota, Concreto ou Aplicação de Agente Anti-Pó", na forma do Anexo I, parte integrante desta lei."

Art 5º - O Anexo I da Lei nº 3908 de 23 de Maio de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

TERMO DE ACORDO PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - APLICAÇÃO DE LAJOTAS, CONCRETO OU APLICAÇÃO DE AGENTE ANTI-PÓ

Através do presente Termo de Acordo para Pavimentação de Vias Públicas - Aplicação de Lajotas, Concreto ou Aplicação de Agente Anti-Pó, pelo regime de mutirão, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 86.051.398/0001-00, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº



**Câmara de Vereadores
de São Bento do Sul**

Vereador JAIME LIMA



75, Centro, São Bento do Sul/SC, representado neste ato pelo Excelentíssimo Prefeito (.....), doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e de outro lado, os moradores e proprietários de imóveis situados na Rua (.....), ao final subscritos, celebram o presente Termo de Acordo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo consiste na execução de pavimentação, na forma de aplicação de (lajota, concreto ou agente anti-pó), na Rua ..., que será realizada pela empresa ou calceteiro contratado diretamente pelos moradores e proprietários de imóveis situados na referida rua, com a colaboração do MUNICÍPIO.

Parágrafo único. A obra somente será autorizada e executada mediante a adesão de 100% do valor da obra pelos moradores e proprietários de imóveis situados ao longo da via pública contemplada.

(...)”

Art 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de março de 2020.

**Magno Bollmann
Prefeito Municipal**

**Jaime Pedro Ferreira de Lima
Vereador**



**Câmara de Vereadores
de São Bento do Sul**

Vereador JAIME LIMA



JUSTIFICATIVA: Este Projeto de Lei tem por objetivo incluir o concreto nos programas de pavimentação do município. Atualmente, o custo de implantação tem se tornado competitivo e pode ficar abaixo comparado com a pavimentação asfáltica, bem como a durabilidade e menor custo de manutenção. Outro fator a se considerar é em relação às ruas com grande aclives, comuns em nossa cidade. A estabilidade e durabilidade comparado com as lajotas e o "anti-pó" podem trazer mais economia no longo prazo com a menor intervenção para manutenção.

O nosso Projeto de Lei visa que o Poder Público tenha um maior número de opções de pavimentação e possa escolher a mais adequada dentre as disponíveis.

Concluindo, com o devido respeito, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres vereadores que integram esta Casa de Leis, na certeza de que o projeto seja deliberado e aprovado na devida forma.